

Clipping UERGS - Assessoria de Comunicação (Ascom)

Assunto: ONG alerta Ministério Público Federal sobre possíveis impactos ambientais do novo Plano Diretor de Torres

Veículo: A Folha

Editoria/Coluna: Geral

Data: 29-08-2022

Local/Abrangência: Torres

Link/Página:

<https://afolhatorres.com.br/ong-alerta-ministerio-publico-federal-sobre-possiveis-impactos-ambientais-do-novo-plano-diretor-de-torres/>

Formato:

Impresso

Internet

Rádio

TV

Enfoque:

Positivo

Negativo

Neutro

Acolhendo preocupações da ONG Instituto Curicaca, e o Ministério Público Federal (MPF) convocou reunião para "apurar o conflito da proposta do novo Plano Diretor do município de Torres/RS com a legislação ambiental, que incide sobre a proteção e recuperação de ambientes da orla marinha".

Alexandre Krob, coordenador técnico da ONG, disse que o aumento das edificações na Praia Grande e o adensamento urbano nos balneários ao Sul vão afetar espécies ameaçadas, como a lagartixa-das-dunas, sapinho-flamenguinho, piru-piru e tuco-tuco. A Dra. Laura Verrastro, herpetóloga, falou de estudos que mostram o impacto do sombreamento sobre esses lagartos, que dependem do sol, e que mudanças na umidade vão afetar a lagartixa e o sapinho.

O Dr. Andreas Kindel alertou sobre o impacto nos tuco-tucos, que dependem de grandes galerias subterrâneas. Disse ainda que todas essas espécies dependem dos microcorredores ecológicos, que estão sendo desconsiderados. Alexandre acrescentou que o grupo de pesquisa Observa Litoral, da **UERGS**, não pode vir à reunião, mas enviou um parecer técnico mostrando "profunda preocupação com a possibilidade aventada de ampliação da altura das edificações junto à orla do município".

Segundo relata texto da ONG Instituto Curicaca, a secretaria municipal do Meio Ambiente de Torres, Fernanda Machado, informou que o aumento da altura representaria 3 a 5 metros de sombra sobre as dunas, dependendo do sol, e que não há estudos de impacto sobre as espécies mencionadas. Já Cassiano Machado, do (Conselho do Plano Diretor de Torres) disse que o Conselho procurou harmonizar os interesses e que na Praia Grande, apesar do forte apelo imobiliário, a proposta limitou a altura em 15m nas primeiras quadras. O Prefeito de Torres, Carlos Souza, disse que o plano é conservador frente às demandas de desenvolvimento econômico e que procurou incluir as questões ambientais.

Ao final, o Procurador decidiu aprofundar a coleta de informações que possam indicar materializar o conflito. Pediu a ONG estudos referentes ao prejuízo à flora e à fauna, bem

como encaminhamento das demais representações específicas que entende que devem ser apuradas. À Prefeitura, o procurador pediu que apresente os estudos de sombreamento sobre a Praia Grande e a previsão de aumento de densidade demográfica nas praias ao sul do Parque de Itapeva.